



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/11/2024 a 30/11/2024

Assunto: "Reforma Administrativa" or "PEC 32, de 2020"

Documento 1/2

193.2024	Sessão Ordinária - CD	12/11/2024-17:00
Publ.: DCD - 11/13/2024 -	Sidney Leite-PSD -AM	
BREVES COMUNICAÇÕES		COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado manifestou-se favoravelmente ao mérito da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que propõe a redução da jornada de trabalho, porém enfatizou que a discussão da jornada deve ser feita conjuntamente com outras reformas mais amplas. Defendeu a necessidade de enfrentar desafios estruturais como a reforma administrativa, que deve limitar os elevados salários nos três Poderes. Além disso, ressaltou a importância de debater o "Custo Brasil", destacou o impacto negativo da informalidade no mercado de trabalho, sustentou a urgência de uma reforma tributária que incida sobre a renda e o patrimônio, e não apenas sobre o consumo. Adicionalmente, argumentou em prol da desoneração da folha de pagamento. Ademais, elogiou o anúncio feito pelo Presidente Lula sobre o início das obras da BR-319, uma medida fundamental para integrar os Estados do Amazonas e Roraima ao restante do País. Ao final, manifestou-se favoravelmente ao ajuste fiscal e criticou a política monetária do Banco Central, que mantém juros elevados, beneficiando somente o mercado financeiro e prejudicando a população.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu ouvi atentamente a fala sobre a PEC que trata de uma jornada de trabalho, em tese, de 36 horas.

É importante, Deputado Coronel Chrisóstomo, entendermos que esse assunto não pode ser discutido de forma isolada. Eu entendo que é um pleito correto, até porque grande parte dos trabalhadores brasileiros já cumpre uma jornada de 40 horas, mas nós precisamos enfrentar desafios.

Quando eu digo "nós", eu estou falando deste Parlamento. Não é aceitável que o Congresso Nacional — Câmara e Senado — não enfrente de forma decisiva e corajosa a reforma administrativa, não para tratar de pequenos serviços, de trabalhadores que estão na base da pirâmide, mas, sim, dos altos salários do



Legislativo, do Judiciário, do Executivo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós precisamos também tratar do Custo Brasil, haja vista que, hoje, muitos daqueles que empreendem, como um pequeno vendedor de lanches, por exemplo, muitas vezes, não têm condições de regularizar a sua situação. Essa é a realidade que se impõe para cerca de 40 milhões de trabalhadores brasileiros e brasileiras que estão na informalidade. Isso representa 38,7% de toda mão de obra de trabalhadores deste País. Mas não só isso. Daqueles que empreendem, mais de 66% estão na informalidade.

Este Parlamento precisa enfrentar isso, porque, quando discute a desoneração da folha, interfere de forma direta no tema de que nós estamos tratando aqui. Por isso, a reforma tributária votada aqui, que é uma reforma do consumo, precisa ser completada com a reforma da renda e do patrimônio. Entendo que nós somos convidados a enfrentar esse desafio.

Assinei a PEC no dia de hoje. Como em todas as PECs, entendo que o bom debate é oportuno, mas ele não se dá de forma isolada. Por sinal, quando nós discutimos aqui a reforma tributária, muitos setores vieram dialogar conosco — lembro que essa é uma reforma tributária que faz com que quem pague o tributo seja o consumidor. E nós ouvimos atentamente vários setores que se negam a pagar imposto. Essa é a grande realidade. Por quê? Porque, no manicômio tributário que vivemos hoje, o que ocorre é que ninguém, nenhum consumidor deste País — diga-se de passagem que essa tributação é por dentro —, deixa de pagar tributos.

Então, eu assino essa PEC e entendo que nós precisamos avançar nesse debate, mas é um ledo engano achar que isso se reduz a uma simples discussão de jornada de trabalho; que isso vai impor um custo maior para a Previdência ou para outro setor, até porque boa parte dos setores da economia brasileira — e, por sinal, também o setor público — já cumpre uma jornada diferenciada. Nós temos essa característica no setor de comércio, de hotelaria e, principalmente, no setor de serviços. Mas é óbvio que precisamos avançar. Essa é uma luta justa e coerente dos trabalhadores deste País!

Sr. Presidente, eu quero compartilhar com este Parlamento que hoje nós estivemos reunidos com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

E nós da bancada do Amazonas tivemos uma notícia alvissareira que nos deixou muito felizes, Deputado Carlos Zarattini. O Presidente Lula anunciou para nós, em primeira mão, a garantia do seu Governo quanto ao início das obras da BR-319, tirando o Amazonas do isolamento. É óbvio que, com essa medida, não há nenhuma irresponsabilidade ambiental. Muito pelo contrário, há a preocupação em cumprir todas as diretrizes feitas quando da discussão da licença prévia e, com isso, tirar o Estado de Roraima e o Estado do Amazonas do isolamento do restante do Brasil.

Sem dúvida nenhuma, essa é uma grande conquista que vai integrar esses dois Estados brasileiros ao conjunto deste País por esse modal tão importante, que é



o rodoviário. Lembro que essa estrada já existe. Inclusive, no verão, ela é muito utilizada pelas pessoas, pelos transportadores de carga e também para o transporte daquilo que tem urgência e emergência. Diga-se de passagem, neste verão, essa estrada foi muito utilizada, Sr. Presidente, Deputado Gilberto, para que o Amazonas não tivesse desabastecimento, principalmente de alimentos e insumos essenciais para a vida das pessoas que vivem naquela região, seja no Estado do Amazonas, seja no Estado de Roraima, haja vista as imposições a nós feitas pela questão ambiental, no sentido de que nós na Amazônia só podemos cultivar 20% da área disponível.

Dito isso, também quero ressaltar aqui o compromisso do Presidente em atender a cidade de Manaus, ao receber o Prefeito David Almeida, no sentido de viabilizar recursos para a mobilidade urbana da maior cidade do Norte do Brasil, que é a Capital do Amazonas, a cidade de Manaus. E assim, com certeza, nós teremos a garantia desses investimentos para que possamos melhorar a qualidade de vida das pessoas, resguardando o direito de ir e vir.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não poderia deixar passar em branco a manifestação do Banco Central, haja vista que o Brasil tem uma das maiores taxas de juros do mundo. Dizer que o controle fiscal é o único responsável por esse *frisson* causado no mercado financeiro é, no mínimo, não ser responsável, haja vista que todas as medidas do Banco Central, Deputado Zarattini, não foram suficientes para reduzir a inflação. Num passado não tão distante, a inflação caiu para um dígito, quando esta Casa votou um projeto para diminuir a tributação de telecomunicações, de combustível e de energia elétrica. Aí, sim, a inflação diminuiu.

E o que ocorre? Este mesmo mercado, os setores da economia não falam que o povo brasileiro, que os trabalhadores pagaram ano passado algo em torno de 800 bilhões de reais para custo e juros da dívida. Todas as vezes que aumenta a taxa real de juros — e diga-se que no Brasil ela é superior a 8% —, quem ganha com isso é o mercado financeiro, impondo uma dura realidade aos trabalhadores e trabalhadoras deste País e, principalmente, àquelas pessoas que mais precisam do serviço público e da infraestrutura do Estado brasileiro.

Por isso, é importante que nós enfrentemos essa discussão, mas é importante também que se diga — e eu defendo o ajuste fiscal, o controle das contas públicas — que são inaceitáveis essas medidas do Banco Central que destoam da realidade econômica deste País, seja pelos indicadores de desemprego, o melhor da série histórica deste País, seja pelo volume de investimentos estrangeiros, seja pela ocupação da geração de emprego e renda, seja pelo fortalecimento da cadeia produtiva da indústria e do agronegócio no nosso País. É inaceitável isso!

Nós vamos continuar defendendo a responsabilidade do Banco Central e medidas que venham efetivamente ao encontro do povo brasileiro e não de meia dúzia de executivos da Faria Lima, que continuam, infelizmente, ditando a regra e impondo uma dura realidade para a grande maioria do povo



brasileiro.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade a mim concedida e solicito que a minha fala seja divulgada nos meios de comunicação desta Casa.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

Documento 2/2

198.2024 Sessão Ordinária - CD 18/11/2024-17:28

Publ.: DCD - 11/19/2024 Otoni de Paula-MDB -RJ

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu a implementação urgente de uma reforma administrativa, destacando que, apesar das reformas previdenciária e tributária, o Governo precisa cortar os gastos excessivos com servidores públicos. Apontou que os supersalários e auxílios acima do teto remuneratório geram um prejuízo de 20 bilhões de reais aos cofres públicos de 2018 a 2024. Criticou também os altos custos do Congresso Nacional e do Judiciário, especialmente da Suprema Corte que tem um custo superior ao da família real britânica. Defendeu um corte de gastos acompanhado de um choque de gestão.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/MDB - RJ. Sem revisão do orador.) - Diante do imenso desafio de cortes de gastos que o Governo Federal precisa fazer, urge que o Governo tenha a coragem de fazer aquela que eu chamo de mãe de todas as reformas, que é a reforma administrativa.

Já fizemos a reforma previdenciária, avançamos na reforma tributária, que precisa ser regulamentada, mas notícias nos dão conta de que a elite dos servidores gera gastos de 20 bilhões de reais com supersalários. Os pagamentos de auxílios e de penduricalhos acima do teto remuneratório do funcionalismo público — atualmente o teto é de 44 mil reais — ultrapassam o teto salarial e dão um prejuízo de mais de 20 bilhões de reais aos cofres públicos de 2018 a 2024.

Ora, senhores, enquanto não cortarmos privilégios, e eu estou falando dos três Poderes... Esta Casa, que representa o povo, gasta, consome do povo brasileiro mais de 10 bilhões e 800 milhões de reais por ano. Isso é o que custa o Congresso Nacional. Nós temos um Judiciário que bateu o recorde de despesa



no ano passado, ultrapassou 132 bilhões de reais de gastos. Nós temos um Judiciário em que somente a Suprema Corte consome mais, é mais cara do que a família real britânica. Onze Ministros da Suprema Corte custam mais ao Brasil do que a rainha, a família real britânica custa para os ingleses.

Nós precisamos encarar esses gastos e fazer uma ampla reforma administrativa. Não adianta falarmos de corte de gastos se esse corte de gastos não vier com um choque de gestão. E só o Governo Federal poderá fazer isso pelo Brasil, com o apoio desta Casa. Precisamos urgentemente da reforma administrativa neste País.
